

A atuação do Educador Social na política socioassistencial de Presidente Kennedy (ES)

The activity of the social educator in the Social Assistance policy of Presidente Kennedy (ES)

L'action de l'éducateur social dans la Politique Sociosociale de Presidente Kennedy (ES)

La actuación del educador social en la Política Socioasistencial de Presidente Kennedy (ES)

 **Juliete Rissi**

Centro Universitário do Vale Cricaré

 **Pablo Ornelas Rosa**

Universidade Vila Velha

 **Aknaton Toczek Souza**

Universidade Católica de Pelotas

Resumo

O presente artigo resulta de uma pesquisa que teve por objetivo compreender o trabalho do educador social junto à população em situação de vulnerabilidade no município de Presidente Kennedy/ES. O estudo discorre sobre o surgimento da pedagogia social e da educação social no cenário brasileiro, buscando compreender o perfil deste profissional, os contextos de sua atuação e sua importância. A partir de autores como Caliman (2010), Carvalho (2014), Jaccoud, Bichir e Mesquita (2017), Carmo (2016), Santos, Araújo e Baumgarten (2016), Pereira (2019), Bravin, Paiva e Pinel (2020), Valente (2020), Silva, Silva e Menezes (2021), foi realizada uma revisão de literatura, além de pesquisa de campo também conduzida por entrevistas que contaram com questionários semiestruturados direcionados aos educadores sociais, assim como foram observadas e acompanhadas as práticas cotidianas desses profissionais em duas unidades distintas, o CRAS e o CREAS do município em que a pesquisa foi realizada. Os resultados exprimiram uma práxis dotada de elementos impreteríveis, que exigem do profissional preparação psicológica, empatia, bom senso, escuta, busca ativa, responsabilidade social e perfil interventor, mas que somados, possibilitam inferências em contextos vulneráveis e possíveis transformações sociais.

Palavras-chave: Educação, Pedagogia Social, Educação Social, Educador Social, Política Socioassistencial.

Abstract: This article is the result of a research that aimed to understand the work of the social educator with the vulnerable population in the municipality of Presidente Kennedy/ES. The study discusses the emergence of social pedagogy and social education in the Brazilian scenario, seeking to understand the profile of this professional, the contexts of his performance and his importance. Based on authors such as Caliman (2010), Carvalho (2014), Jaccoud, Bichir and Mesquita (2017), Carmo (2016), Santos, Araújo and Baumgarten (2016), Pereira (2019), Bravin, Paiva and Pinel (2020)), Valente (2020), Silva, Silva and Menezes (2021), a literature review was carried out, in addition to field research also conducted through interviews that included semi-structured questionnaires directed at social educators, as well as practices observed and monitored of these professionals in two different units, the CRAS and the CREAS of the municipality where the research was carried out. The results expressed a praxis endowed with essential elements, which require psychological preparation, empathy, common sense, listening, active search, social responsibility and intervening profile from the professional, but which, together, allow inferences in vulnerable contexts and possible social transformations.

Keywords: Education, Social Pedagogy, Social Education, Social Educator, Social Assistance Policy.

Résumé: Cet article est le résultat d'une recherche visant à comprendre le travail de l'éducateur social auprès de la population vulnérable de la municipalité de Presidente Kennedy/ES. L'étude discute de l'émergence de la pédagogie sociale et de l'éducation sociale dans le scénario brésilien, en cherchant à comprendre le profil de ce professionnel, les contextes de sa performance et son importance. Basé sur des auteurs tels que Caliman (2010), Carvalho (2014), Jaccoud, Bichir et Mesquita (2017), Carmo (2016), Santos, Araújo et Baumgarten (2016), Pereira (2019), Bravin, Paiva et Pinel (2020).)), Valente (2020), Silva, Silva et Menezes (2021), une revue de la littérature a été réalisée, en plus d'une recherche de terrain également menée au moyen d'entretiens comprenant des questionnaires semi-structurés destinés aux éducateurs sociaux, ainsi que des pratiques observées et suivi de ces professionnels dans deux unités différentes, le CRAS et le CREAS de la commune où la recherche a été réalisée. Les résultats expriment une pratique dotée d'éléments essentiels, qui nécessitent une préparation psychologique, de l'empathie, du bon sens, de l'écoute, de la recherche active, de la responsabilité sociale et un profil d'intervenant de la part du professionnel, mais qui, ensemble, permettent des inférences dans des contextes vulnérables et de possibles transformations sociales.

Mots-clés: Éducation, Pédagogie sociale, Éducation sociale, Éducateur social, Politique d'assistance sociale.

Resumen: Este artículo es el resultado de una investigación que tuvo como objetivo comprender el trabajo del educador social con la población vulnerable en el municipio de Presidente Kennedy/ES. El estudio discute el surgimiento de la pedagogía social y de la educación social en el escenario brasileño, buscando comprender el perfil de este profesional, los contextos de su actuación y su importancia. Basado en autores como Caliman (2010), Carvalho (2014), Jaccoud, Bichir y Mesquita (2017), Carmo (2016), Santos, Araújo y Baumgarten (2016), Pereira (2019), Bravin, Paiva y Pinel (2020)), Valente (2020), Silva, Silva y Menezes (2021), se realizó una revisión de la literatura, además de una investigación de campo también realizada a través de entrevistas que incluyeron cuestionarios semiestructurados dirigidos a educadores sociales, así como prácticas observadas y seguimiento de estos profesionales en dos unidades diferentes, el CRAS y el CREAS del municipio donde se realizó la investigación. Los resultados expresaron una praxis dotada de elementos esenciales, que requieren preparación psicológica, empatía, sentido común, escucha, búsqueda activa, responsabilidad social y perfil interviniente del profesional, pero que, en conjunto, permiten inferencias en contextos vulnerables y posibles transformaciones sociales.

Palabras clave: Educación, Pedagogía Social, Educación Social, Educadora Social, Política de Asistencia Social.

Introdução

Ao tematizar a educação, vários vieses reflexivos emergem. É o que incita Brandão (2007, p. 7) quando aduz que misturamos nossa vida com várias educações. Nesse sentido, pensar a educação, a educabilidade humana, a configuração da sociedade hodierna e as demandas sociais, induz refletir que a educação é um processo que abarca várias concepções, contextos e tendências.

Considerando a sociedade hodierna, a educação se enceta transformadora. Transforma posicionamentos, ideais, realidades vivenciais, perspectivas individuais e coletivas. Uma transformação que visa adentrar-se em distintas realidades sociais, o que inclui, as complexas e vulneráveis. Em concernente, Gadotti (2012) já inculcava que a realidade atual não é a única realidade possível e nem uma realidade imutável, o que leva ao ideal de que, confutar estruturas desumanizantes é abdicar do conformismo e promulgar a ascensão de direitos humanizantes.

Almejando novos caminhos e possibilidades, enceta a pedagogia social. Um campo do saber que, no cenário brasileiro, vem para apontar “um caminho para se pensar de forma científica a Educação Social, os saberes/fazerem que são produzidos em outros espaços que não sejam o escolar” (Paiva, 2011, p. 36). Em suma, uma pedagogia disposta a refletir a complexidade da sociedade e que “se desenvolve cotidianamente em contextos sociais e geográficos diversos e com diferentes perspectivas teóricas” (Bravin, Paiva, Pinel, 2020, p. 11).

Nessa conjuntura de ideias, Caliman (2010) sugere que a pedagogia social teria como uma de suas imprescindíveis atribuições a orientação de ações socioeducativas voltadas para grupos sociais em situação de risco e vulnerabilidade, focalizando assim, “[...] ações compensatórias, redistributivas e os subsídios à cidadania através dos recursos proporcionados pela solidariedade social” (Caliman, 2010, p. 349).

A ação socioeducativa supracitada fica a encargo da educação social. “Em princípio, toda a educação é, ou deve ser, social, já que quando falamos de educação não podemos prescindir da sociedade, da comunidade e do contexto familiar, social e político onde vivemos” (Gadotti, 2012, p. 10). Comprometida com o social e considerando a emancipação do sujeito, a educação social favorece a “[...] autonomia, integração e participação crítica, construtiva e transformadora no marco sociocultural que lhe rodeia” (Serrano, 2003, p. 136-137).

Assim, a pedagogia social discute e fundamenta a teoria, e a educação social movimenta a prática socioeducativa, contando indubitavelmente com o exercício do profissional educador social. Orientando um trabalho social formativo, “A defesa da educação social é pela formação integral das pessoas excluídas socialmente, tornando-as protagonistas de sua história” (Pereira, 2019, p. 317).

Com interesse particular, a pesquisa que se tece, almejou vislumbrar a atuação do educador social no Sistema Único de Assistência Social –SUAS, categoricamente, o Centro de Referência da Assistência Social e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município de Presidente Kennedy/ES. Nesse caso, trata-se de unidades

socioassistenciais que trabalham com a proteção básica e especial, direcionadas prioritariamente, a grupos em situação de risco e vulnerabilidade social.

Considerando os serviços e ações dispostos pelo referido sistema, os municípios buscam apoio, mediação e inserção em políticas públicas. O educador social, entre outros profissionais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, assume funções determinantes, o que inclui o desenvolvimento de atividades socioeducativas, de busca ativa, socialização, convivência e fortalecimento de vínculos, evidenciando a importância de sua prática para a transformação da sociedade em busca da equidade social.

Fundamentação Teórica

Como incita o pensamento pós abissal de Santos (2009, p. 43) “[...] a diversidade do mundo é inesgotável e continua desprovida de uma epistemologia adequada. Por outras palavras, a diversidade epistemológica do mundo continua por construir”. Assim, a educação, suas teorias e práticas são capazes de ocasionar a educabilidade e a emancipação humana, ainda, educar-se se torna fundamental para a vencibilidade de desafios, mas também um privilégio que não mescla todos os indivíduos. Em condizente, é pertinente afirmar que representações dominantes estão impressas no currículo escolar, e por isso, se faz necessário “[...] interrogar a história e qualquer de seus objetos no lugar de se deixar conduzir por eles” (Carvalho, 2014, p. 112).

Em consonância, ao sugerir uma nova proposta epistemológica definida por Epistemologias do Sul, Santos aduz que os saberes são incompletos, condição a que não escapa a própria ciência “[...]”, uma proposta configurada em “[...] alternativa contra um projeto de dominação capitalista, colonialista e patriarcal [...]” (Santos, Araújo, Baumgarten, 2016, p. 17).

Nessa premissa e considerando o poder disciplinar suscitado da analítica foucaultiana, é necessário pensar em experiências dessujeitantes na educação (Carvalho, 2014, p. 110). Em consonância, é preciso educar-se para indagar, questionar, refletir, agir, não se deixar dominar por princípios e convicções predominantemente impostas, ser potencialmente capaz de estabelecer percepções acerca da relação entre sociedade e a história. Pois,

[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante (Freire, 1996, p. 98).

Quando a pedagogia, em detrimento de paradigmas impostos, se vê engessada na resolução de problemáticas sociais, indaga-se a necessidade de se pensar em outras possibilidades pedagógicas. É aí que enceta a pedagogia social e a concepção de que existem outros processos educativos potentes e legítimos. Uma pedagogia “[...] totalmente imbricada em processos educativos, cujos conteúdos contemplam a educação popular e os

direitos humanos, que ocorrem em contextos diversos das salas de aula ou das matrizes curriculares formais”. (Bravin; Paiva; Pinel, 2020, p. 13).

De acordo com Loureiro e Casteleiro (2014, p. 73) a pedagogia social surgiu na Alemanha, inicialmente para caracterizar o conceito de ajuda à juventude, entretanto, o fortalecimento de suas raízes teóricas ocorreu com o fim da Segunda Guerra Mundial. O pós-guerra apresentou uma série de problemas sociais, evidenciados por exemplo na infância abandonada e disseminação de grupos marginalizados (Machado, 2014, p. 124). Os problemas oriundos precavam a atuação de um profissional capacitado para a articulação de práticas socioeducativas, na época, responsabilidade do pedagogo. Hoje esse profissional é denominado educador social, e no cenário brasileiro, trabalha diretamente com pessoas vulneráveis. Um profissional normalmente oriundo de cursos de humanidade ou com formação em nível médio.

Sucintamente, em entrevista cedida, Caliman (2022) faz um aparato histórico do surgimento e evolução da pedagogia social em território brasileiro, a saber:

- **1930** – As metodologias se direcionavam a populações vulneráveis, mas com tendência ao controle social, enfaticamente, ao controle da periculosidade do menor de idade.
- **1960** – Prevalhecimento da perspectiva assistencialista.
- **1970** – Perspectiva voltada a uma educação progressista e pragmática como uma resposta voltada às pessoas que tinham problemas com a sociedade.
- **1980** – Perspectiva crítica e estrutural, em que as necessidades se tornam direitos.
- **1990** – Ocorre a implantação da ECA e a necessidade da formação de profissionais brasileiros voltados para a viabilização da dimensão social da educação.
- **2000** – Os Congressos Internacionais de Pedagogia Social (CIPS) emanam a concepção de necessidade da construção da Pedagogia Social com identidade brasileira (Ferreira, 2022).

No tempo presente, Caliman atesta que se vive uma fase de sistematização, que requer de forma primaz, o desenvolvimento epistemológico para fundamentar as metodologias desenvolvidas na educação social. (Ferreira, 2022, p. 25). Pertinente a essa discussão, Bravin, Paiva e Pinel (2020) abordam que academia ainda discute e luta por construir na pedagogia social uma epistemologia, e criar cientificamente conceitos que possam trazer identidade a esse campo do saber.

Paiva (2011, p. 38) disserta que “A Pedagogia Social que surgiu no Brasil alicerçada pelos princípios da Educação Popular, por ter características libertadoras, emancipadoras, pensa em seu educando de forma plena [...]”, traduzindo a responsabilidade com indivíduos historicamente situados, vulneráveis e propensos a dificuldades sociais. Nesse viés,

[...] procura promover a sua capacidade pessoal de se assumir como sujeito da própria história e da História; como agente de transformação de si, do outro e do mundo; como fonte de criação, liberdade e construção dos projetos pessoais e sociais numa dada sociedade, por uma prática crítica, criativa e participativa (Graciane, 2014, p. 21).

Ainda segundo Graciane (2014), a pedagogia social visa o desenvolvimento humano com base no autoconhecimento. Tem por objetivo a socialização do sujeito, a superação da ingenuidade e da passividade, assim como “a inclusão social, que se manifesta na responsabilidade ética com o outro e na transformação das estruturas desumanizantes do mundo (Bravin; Paiva; Pinel, 2020, p. 12). Uma pedagogia que busca respeitar a história do indivíduo considerando o contexto no qual ele está inserido, que agrega, dialoga, transita em contextos, prioritariamente, não formais, incitando o sujeito ao desenvolvimento de habilidades sociais, identidade protagonista e cocriadora, assim como, a composição de um todo respeitando as diferenças.

Caliman (2010, p. 352) intitula a pedagogia social enquanto “[...] normativa, descritiva, que orienta a prática sociopedagógica voltada para indivíduos ou grupos, que precisam de apoio e ajuda em suas necessidades”, orientando práticas socioeducativas e promovendo a superação de dificuldades individuais e coletivas. Uma pedagogia que pertence ao rol das Ciências da Educação e sensível à dimensão da sociabilidade humana, ou seja, “[...] que se ocupa particularmente da educação social de indivíduos historicamente situados” (Caliman, 2010, p. 343). Em concernente ao exposto, Mota Neto e Oliveira (2018, p. 25) explanam que,

A pedagogia social, portanto, constitui uma teoria educacional não reduzida às tendências escolares e preocupada com a formação do ser humano em suas múltiplas relações sociais. Pedagogia essa que deve possibilitar a integração entre os saberes e as práticas cotidianas das populações socialmente excluídas com o saber científico, ao pautar uma educação inclusiva e para a diversidade cultural, que seja política e eticamente engajada com as problemáticas sociais dessas populações.

Considerando essa integração entre saberes e práticas cotidianas das populações socialmente excluídas com o saber científico, uma das metas da pedagogia social tem sido valorizar e potencializar “[...] as práticas educativas sociais (com práxis) dos educadores sociais, esses que batalham dia a dia procurando resgatar esse desejo de ‘ser mais’ do homem, uma vontade histórica de ‘ser sujeito’” (Bravin; Paiva; Pinel, 2020, p. 21).

Assim como a pedagogia social, a educação social também tem suas raízes históricas no pós-guerra europeu. De acordo com Silva (2008, p. 17), o pós-guerra representou um período de assistência educativa direcionado enfaticamente à crianças e jovens que se situavam sem a presença e apoio familiar, sendo repensado na década de 90 e direcionando sua atenção a crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, “[...] condição resultante da “massificação do desemprego ocorrido na Espanha, e problemas oriundos, como violência social e desagregação familiar” (Silva, 2008, p. 17).

Concernente ao Brasil, Bravin, Paiva e Pinel (2020) incitam que a educação social teve sua origem nos movimentos populares, como é o caso do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil (MNMMR¹). Ainda segundo os autores, a “Educação Social se amplia para outros contextos sociais, por meio das ONGs e Secretarias de Ação

¹ MNMMR foi criado em 1985 no contexto do fim da ditadura militar que durou 20 anos no Brasil (1964-1984).

Social, e o neoliberalismo continua a se fortalecer na perspectiva que lhe é própria: o assistencialismo” (Bravin, Paiva, Pinel, 2020, p. 18).

Com relação ao campo de atuação, em decorrência da desigualdade social evidenciada no país, a educação social atua “principalmente com as classes populares, visando o processo educativo e a defesa dos sujeitos de direitos” (Bravin, Paiva, Pinel, 2020, p. 18). Uma educação que possibilita a sociabilidade do sujeito, sem desmerecer ou fragilizar suas potencialidades e história, que promove autonomia e posicionamento crítico orientando a rejeição por conhecimentos insatisfatórios e condições sub-humanas e injustas.

Bravin, Paiva e Pinel (2020, p. 45), ao apresentar estudos da autora Violeta Nunez “uma das precursoras da inserção da educação social no sistema de educação espanhol e responsável por teorizações substanciais a respeito da educação social em diferentes âmbitos”, dialogam que a educação social está ligada à ideia de vulnerabilidade, “[...] mas não aquela em que há o antinômio vítima/culpado, e sim, a de que o sujeito está violado, vulnerável em seus direitos, por causa da precarização social provocada por várias áreas”.

A integração entre pedagogia social e a educação social vislumbra desvelamentos e manifestações teóricas e práticas em contextos diversos da escola formal, que possa suscitar, preferencialmente, participação política, justiça social, acesso à direitos, construção de identidade, posicionamento crítico e aquisição de conhecimentos de cunho histórico, social e cultural que possam incitar no sujeito vulnerável, a ação transformadora.

Educador Social: um profissional que atua no cenário socioeducativo brasileiro

Entre muitas atribuições destinadas ao educador, Carvalho realça a ação de permitir “[...] a produção de funções distintas daquelas que os sujeitos se encontram, vivem e experimentam o mundo, a ordem das coisas, constituem seus sonhos, enfim, como se voltam frente a frente para as velhas finitudes da existência – viver, trabalhar, conhecer” (Carvalho, 2008, p. 7). Considerando a responsabilidade social da educação, os profissionais que realizam um trabalho social alicerçado à princípios educativos, precisam notoriamente, vislumbrar de forma abrangente contextos que configuram a realidade de grupos historicamente situados. Em concernente, Pereira (2019, p. 312) aduz que “[...] existem atividades no trabalho social que é da alçada da educação, portanto requerendo um profissional com conhecimentos pedagógicos que são adquiridos, a partir das experiências e de um longo processo formativo”. No cenário socioeducativo, essa responsabilidade fica a encargo, primordialmente, ao educador social.

No Brasil, o profissional educador social se caracteriza por trabalhar com práticas socioeducativas que prevalecem em contextos de manifestação de políticas públicas e que recebem sujeitos em situação de vulnerabilidade. Ainda, são profissionais, normalmente, formados em cursos de humanidades ou com formação em ensino médio. Inerente, esse profissional se depara com fragilidades, como a precariedade condizente a formação e a luta por valorização no cenário nacional.

Valente (2020, p. 2337) aponta que o educador social atua em cenários diversificados, vulneráveis e excludentes, intervindo, particularmente, “[...] em grupos sociais com vivências de risco”. Age “[...] na inclusão, nas inaptações e no favorecimento

de autonomias e do bem-estar, com intervenção em contextos sociais diversificados e desfavorecidos”. Nesse sentido, discorrendo sobre a função profissional e considerando a essência dos fenômenos sociais, emergências e exigências, o educador social no lume da sua profissão se encarrega por mediar processos formativos, assim como, o estabelecimento de orientações políticas-culturais (Graciane, 2014, p. 31). Ainda,

[...] o educador social é um pesquisador, um investigador que estuda, propõe, organiza, percebe, intervém e testa constantemente o seu referencial teórico com sensibilidade política, articulação social e participação comprometida, objetivando desafiar o educando a aprender a pensar, a elaborar e criar conhecimentos, resgatando a sua confiança na própria capacidade de aprender com prazer e êxito (Graciane, 2014. p. 25-26).

Considerando o disposto por Graciane, o educador social, que também se apropria de perfil intelectual, precisa administrar competências singulares, aplicando o conhecimento adquirido com sensibilidade política, comprometimento e articulação social. Seu exercício desafia sujeitos a serem críticos pensantes, instiga a leitura de mundo e o pensamento autônomo, promove habilidades contemplando a emancipação individual, comunitária e coletiva. O educador social assume uma prática profissional crítica, atuando como sensibilizador, estimulador e facilitador do diálogo. Um profissional que busca ativamente desenvolver domínio de conteúdo pautado no contexto real dos sujeitos, por isso, desenvolve escuta sensível, consciência e sensibilidade social.

Desde o ano de 2006, com o início dos Congressos Internacionais de Pedagogia Social no Brasil, a profissão educador social vem sendo discutida e almejada. No ano de 2019, depois de exigências, luta e estudos, o feito foi realizado. Através do projeto de lei nº 2676/19 da deputada federal Luizianne Lins Deputada Federal – PT/CE, o Congresso Nacional decretou a criação da profissão de Educador Social no Brasil:

Art. 1º - Fica criada a profissão de Educador e Educadora Social, nos termos desta Lei.

Parágrafo único: A profissão que trata o *caput* deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 2º - Ficam estabelecidos como campo de atuação dos educadores e educadoras sociais, os contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares e que envolvem:

I – as pessoas e comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica;

II – a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais;

III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;

IV – a realização de atividades sócio educativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos atos infracionais;

V – a realização de programas e projetos educativos destinados a população carcerária;

VI - as pessoas portadoras de necessidades especiais;

- VII - o enfrentamento à dependência de drogas;
- VIII – as atividades sócio educativas para terceira idade;
- IX - a promoção da educação ambiental;
- X – a promoção da cidadania;
- XI - a promoção da arte-educação;
- XII – a difusão das manifestações folclóricas e populares da cultura brasileira;
- XIII – os centros e/ou conselhos tutelares, pastorais, comunitários e de direitos;
- XIV – as entidades recreativas, de esporte e lazer

Concernente, ficou atribuído caráter pedagógico e social a profissão evidenciada, considerando os contextos de atuação profissional e os instrumentos metodológicos de apropriação. O artigo 2º explicita a condição de uma atuação que perpassa contextos escolares formais, envolvendo diferentes sujeitos que demarcam em sua condição a situação de risco e vulnerabilidade social. Ainda, fica a encargo do educador social a tarefa de emancipar sujeitos, famílias e comunidades através de atividades socioeducativas, programas e projetos marcados por objetivos condizentes com a realidade vivenciada e evidenciada pelos sujeitos atendidos.

Como já evidenciado pelo primeiro capítulo do artigo 2º, pessoas e comunidades em situação de risco e vulnerabilidade social são, enfaticamente, exemplo de público alvo do trabalho de educadores sociais. Secretarias de Assistência Social são referência no atendimento a pessoas vulneráveis, contanto, portanto, com o exercício de educadores sociais no âmbito de suas equipes.

Para compreensão da configuração e adequabilidade da Assistência Social correlacionando com o sujeito vulnerável, Silva, Silva e Menezes (2021, p 3) citam a Lei Orgânica de Assistência Social citada comumente por LOAS, responsável por dar “[...] abertura para que a Assistência Social fosse definida enquanto política pública, reconhecida enquanto direito de todos e atribuído o seu dever ao Estado”. Para reforçar sua configuração, os autores Jaccoud, Bichir e Mesquita (2017, p. 42) apresentam eixos organizadores e que são nomenclaturados por ‘seguranças’. Uma configuração estrutural que no total abarca três eixos: sobrevivência ou renda, de convívio familiar e de acolhida.

Enquanto a segurança de renda deve ser provida pelos benefícios assistenciais, de natureza não contributiva, as demais seguranças referem-se a serviços, organizados em dois níveis de complexidade—básica e especial—e sob encargo de equipamentos públicos diferenciados, os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), além da rede pública e privada voltada a públicos e atendimentos específicos (Jaccoud; Bichir; Mesquita, 2017, p. 42).

Os educadores sociais atuantes no Sistema Único da Assistência Social trabalham diretamente com fragilidades sociais que circundam o contexto da atenção básica (CRAS) e especial (CREAS), integrando a rede prestadora de serviços, que no seu exercício, promove a proteção social e o enfrentamento de situações. Ainda nessa ótica, o autor Carmo (2016) faz um realce sobre as particularidades que denotam a atuação do educador social no Sistema Único da Assistência Social:

As particularidades referentes à atuação dos trabalhadores nos espaços socioassistenciais do SUAS consistem em atividades que visem o suprimento de necessidades cotidianas e na potencialização das relações pessoais e familiares dos usuários atendidos [...] no caso, o Educador Social tem direcionamento às demandas de usuários em situação de vulnerabilidade e/ou risco social/pessoal, além de auxiliar na elaboração de atividades de empoderamento dos sujeitos. (Carmo, 2016, p. 27)

Os educadores sociais atuantes nos repartimentos do SUAS, incluindo o CRAS e o CREAS, lócus da pesquisa evidenciada, agregam conhecimentos adquiridos a realidades circundantes, e por meio de atividades socioeducativas objetivadas, mesclam sujeitos, direcionam atividades, potencializam ações e percepções individuais, conduzem usuários para a oferta de serviços, e acompanham processos individuais, coletivos e comunitários. Uma prática que objetiva permear realidades vulneráveis e através da orientação e do trabalho comprometido, empoderar e transformar vidas e realidades situacionais.

Materiais e métodos

Conforme Gómez (2000, p. 333), a metodologia da pesquisa “designa, de maneira ampla, o início e orientação de um movimento de pensamento cujo esforço e intenção direciona-se à produção de um novo conhecimento, num horizonte de possibilidades sociais e historicamente definidas”. A escolha do processo metodológico que sistematizou a pesquisa foi fundamental para a construção e êxito do projeto.

Inicialmente, para elaborar e estruturar a pesquisa, optou-se pelo levantamento bibliográfico. Nesse momento, foram escolhidos os autores e documentos que embasaram a pesquisa, entre eles, Caliman (2010), Carvalho (2014), Graciane (2014), Loureiro e Casteleiro (2014), Jaccoud, Bichir e Mesquita (2017), Carmo (2016), Santos, Araújo e Baumgarten (2016), Pereira (2019), Bravin, Paiva e Pinel (2020), Valente (2020), Silva, Silva e Menezes (2021).

Posteriormente, para alçar o objetivo geral e o problema da pesquisa, foi aplicada uma entrevista com questionário semiestruturado, seguido da observação da atuação do educador social através de pesquisa de campo. Na entrevista, ocorrida via e-mail, as educadoras sociais foram convidadas a relatarem aspectos da sua profissão, formação, atuação, perspectivas e experiências. Em suma, a pesquisa se caracterizou no cunho qualitativo com ênfase em métodos descritivos e exploratórios.

Considerando a pesquisa de campo “Os dados devem ser coletados no local onde o evento e fenômenos que estão sendo estudados naturalmente acontecem, incluindo entrevistas, observações, análise de documentos e, se necessário, medidas estatísticas” (Godoy, 1995, p. 27). Nesse viés, o lócus da pesquisa se concentrou no Sistema Único de Assistência Social do Município de Presidente Kennedy – ES, nas unidades CRAS e CREAS.

De forma mais abrangente, Presidente Kennedy é um município localizado no sul do estado do Espírito Santo. Uma cidade recebe o título de maior Produto Interno Bruto per

capita do país em decorrência dos repasses dos recursos de royalties do petróleo. O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, é responsável pela oferta de serviços que concentram a proteção básica aos munícipes, e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social, é responsável pela oferta de serviços de proteção especial. Ambas as unidades ofertam serviços que facilitam o acesso à direitos básicos por meio da gratuidade.

Foram nessas unidades, que entre os dias 15 e 18 de maio de 2023, os sujeitos da pesquisa, duas educadoras sociais, tiveram sua prática socioeducativa acompanhada, o que permitiu a observação da execução de práticas diárias, da aplicação de estratégias socioeducativas, e do trabalho com os usuários dos serviços ofertados, os munícipes em situação vulnerável.

Resultados e discussões

A entrevista levantou discussões e reflexões que dialogaram com autores e compilaram a pesquisa. As perguntas norteadas propuseram a análise da formação profissional dos sujeitos da pesquisa, características do campo de atuação e percepções individuais. Para a preservação de identidade, as educadoras sociais foram definidas como educadora social 1 e educadora social 2.

Um dos temas de realce, a formação profissional, ficou caracterizado como percussor de desenvolvimento de competências singulares. Ambas profissionais são formadas na área pedagógica e almejam especialização na área de atuação e promoção individual através da formação continuada.

- **Educadora Social 2.** Faço tecnólogo em Educação Social pela UNINTER. O tecnólogo está me permitindo assistir aulas com professores das áreas de Educação, Direitos Humanos, Educação Não Formal, Ciência Política, etc. Está me permitindo ainda desenvolver iniciativa de educação não formal nos contextos sociais no qual meu trabalho se manifesta.

Com relação as atribuições precedidas na contratação, ambas profissionais citaram a Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014, que pauta na íntegra as funções do educador social ratificadas e reconhecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Entre as funções citadas, algumas a saber:

- **Educadora Social 1 e 2.** Desenvolver atividades de convivência, socialização e socioeducativas, visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família, sendo o deslocamento até o equipamento definido para a execução da função sob a responsabilidade do profissional; Desenvolver atividades e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações

intergeracionais; Assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social; Apoiar e desenvolver atividades de visita domiciliar, abordagem social e busca ativa;

A entrevista fomentou discussões pertinentes a funções determinadas de acordo com o setor de atuação de cada profissional, a relevância das atividades executadas e o impacto na vida dos usuários atendidos. Sobre a função desempenhada com mais frequência, a educadora social 1 afirmou executar “praticamente todas” ratificadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social, enquanto a educadora social 2 alegou um trabalho mais centrado em visitas domiciliares e na intersetorialidade e fortalecimento de vínculos dos usuários atendidos. Um trabalho que segundo a educadora social 2 impacta positivamente a vida de pessoas vulneráveis, o que pode ser evidenciado, quando a mesma afirma que “Hoje atuo diretamente com as famílias trabalhando com o fortalecimento de vínculo, e esse trabalho com a primeira infância está sendo desenvolvido para melhorar a qualidade de vida dos nossos usuários e seus filhos”.

Com relação ao perfil do público atendido, ficou perceptível a caracterização variável e complexa. A educadora social 1 atende “Crianças, jovens, adultos e idosos”, enquanto o público alvo da educadora social 2 é “Gestantes, Crianças de 0 a 3 anos e Crianças beneficiário do BPC de 0 a 6 anos”. Entretanto, todos os usuários são cadastrados no Cadastro Único, instrumento do Governo Federal que realiza mapeamento e identificação de famílias baixa renda. Em condizente, para caracterizar o público atendido, ambas profissionais citaram o perfil para inserção no Cadastro Único e o estado de vulnerabilidade, justificando o termo de acordo com perspectivas individuais.

- **Educadora Social 1.** Vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que diz respeito a uma condição de fragilidade material ou moral de indivíduos ou grupos diante de riscos produzidos pelo contexto econômico-social.
- **Educadora Social 2.** É algo ou alguém que está suscetível a ser ferido, ofendido ou tocado. Vulnerável significa uma pessoa frágil e incapaz de algum ato. O termo é geralmente atribuído a mulheres, crianças e idosos, que possuem maior fragilidade perante outros grupos da sociedade.

Para traçar um perfil inicial dos sujeitos da pesquisa, as educadoras sociais foram estimuladas a definir o profissional educador social. A Educadora Social 1 enfatizou o perfil interventor, ao apresentar a capacidade do profissional em “Intervir nos problemas de pessoas que estejam em situação de risco, vulnerabilidade social ou submetidas a algum tipo de exclusão, utilizando ferramentas pedagógicas para promover a integração social e torná-las ativas”. A educadora social 2 frisou competências e habilidades que caracterizam a profissão, conduzindo a reflexão de que a função “requer algumas habilidades e características específicas, como boa comunicação, escuta ativa, empatia, bom senso, olhar crítico, paciência, jogo de cintura, preparação psicológica, identificação com causas sociais,

comprometimento e responsabilidade”, além de “descrição e muito sigilo, afinal o usuário deposita a confiança no profissional”.

Em consonância, entre as perguntas dispostas, as educadoras foram instigadas a dissertarem sobre os motivos que ocasionaram o encontro e estadia com a área de atuação.

- **Educadora Social 1.** Tentar ajudar nossos usuários em relação as suas vulnerabilidades e fragilidades, através da escuta, bom senso, olhar crítico, paciência, comprometimento e responsabilidade.
- **Educadora Social 2.** O contato direto com as famílias é um ponto relevante na escolha da minha profissão.

Para finalizar o primeiro momento de investigação, a entrevista findou-se com uma reflexão sobre a importância do educador social para a sociedade contemporânea. A educadora social 1 apresentou a importância da profissão ao fazer a ressalva de que a mesma “Utiliza instrumentos pedagógicos para recolocar indivíduos em situação de vulnerabilidade ou exclusão de volta à sociedade”, afirmando ainda que o profissional supracitado “usa a educação para promover a cidadania e melhorar a qualidade de vida das pessoas”. A educadora social 2 exprimiu a aproximação e trabalho com as famílias, ressaltando que é “de suma importância ter uma pessoa que possa colaborar com a formação dos vínculos familiares”.

Em um segundo momento ocorreu a observação da prática das educadoras sociais no lócus da pesquisa, a política socioassistencial do município de Presidente Kennedy –ES. A educadora social 1 atua no setor de oficinas e a educadora social 2 exerce sua função no Programa Criança Feliz, realizando visitas domiciliares.

A Secretaria de Assistência Social oferta oficinas de balé, capoeira, violão, artesanato, recreação e lazer, culinária e artes marciais. A busca ativa dos usuários, cadastramento, apresentação dos objetivos e funcionamento de cada oficina fica a cargo da educadora social 1, assim como, a organização do cronograma de atendimentos e transporte, o estabelecimento de localidades de realização, e a recepção e direcionamento dos oficinairos. As oficinas são direcionadas a usuários cadastrados no Cadastro Único, primordialmente, os que recebem cestas básica de alimentos.

A observação da prática da educadora social 1 pautou-se em três oficinas, ‘balé, artesanato, recreação e lazer’, e um momento de escuta ativa que contou com a participação de outros profissionais da secretaria de assistência social. A escuta ativa, periodicamente realizada, representa um momento de apresentação dos serviços ofertados pelo centro de referência da assistência social aos novos usuários participantes que ingressam nas oficinas. No decorrer das oficinas, que abarcou um trabalho com diferentes faixas etárias em decorrência dos objetivos propostos e interesses particulares, evidenciou-se um trabalho que emana afetuosidade, preocupação, olhar humanizado, ação protetiva, posicionamento incentivador e acolhimento.

A observação da prática da educadora social 2 pautou-se no acompanhamento de visitas domiciliares do programa criança feliz, um programa adotado pelo município desde

agosto de 2022 e que tem por objetivo o acompanhamento de gestantes munícipes e crianças de zero a seis anos cadastradas no cadastro único. Nesse momento, o trabalho se evidenciou emancipador e de cunho protetivo. São visitas que percorrem territórios para conhecer, acolher, acompanhar, instruir, proteger e emancipar vidas.

O trabalho das educadoras sociais, embora ocorra em setores distintos, exprimiram a aproximação com sujeitos que precisam do auxílio de políticas públicas, de acompanhamento intersetorial, da proteção básica e orientação com profissionais específicos. Ambas profissionais atuam com munícipes na condição de vulnerabilidade, e se dedicam enfaticamente a empregar práticas socioeducativas capazes de assegurar direitos, nortear oportunidades, estabelecer medidas protetivas, direcionar o acesso a políticas públicas, permitindo a sociabilidade e o sentimento de autonomia e pertencimento.

Considerações Finais

A pesquisa apresentada buscou analisar o processo de implementação da pedagogia social e da educação social no cenário brasileiro, considerando os seus desafios e potencialidades. Além disso, procurou-se compreender a realidade social de milhares de brasileiros e brasileiras que demandam por políticas sociais e sua consequente luta em prol da defesa da qualificação e profissionalização de educadores que atuam em contextos que ultrapassam a educação formal. Nesse caso, considera-se que a pedagogia também é social, que a educação também é social, e que existem profissionais para mediar o processo socioeducativo com zelo e compromisso. Entretanto, a investigação teve como recorte o município de Presidente Kennedy/ES.

Diariamente, educadores sociais atuantes em vários contextos, recebem atribuições e responsabilidades concernentes a aproximação e trabalho com sujeitos em situação de risco e vulnerabilidade social. Na prática, apresentam políticas públicas, atuam com a proteção básica e especial da família, mediam caminhos, possibilidades, estratégias de superação de conflitos pessoais, assim como, de mazelas sociais. Profissionais que na maioria das vezes carecem de qualificação e valorização profissional, mas que, ao colidir com essas tipologias de barreiras, as enfrentam corajosamente para manter o vigor da profissão.

A atuação de educadores sociais na política socioassistencial do município de Presidente Kennedy ocorre através de um trabalho que se centraliza em duas unidades, o CRAS e o CREAS, e que percorre diferentes funções e atribuições, todas visando a atenção, proteção e garantia de direitos dos munícipes em situações de risco e vulnerabilidade social. Um trabalho que permeia diferentes conjunturas setoriais, distintos âmbitos sociais, e que através de uma prática socioeducativa mobilizadora, instrui, orienta, e dá assistência, cotidianamente, há vários sujeitos.

Entre falas e depoimentos, pautadas ainda na observação não participativa da autora, os sujeitos da pesquisa deixaram transparecer que a práxis que representa o fazer profissional está dotada de elementos impreteríveis, exigindo requisitos como bom senso, paciência, preparação psicológica, empatia, busca e escuta ativa, responsabilidade social, discricção e posicionamento de interventor social.

No mais, e consciente que a pesquisa se restringiu a um município brasileiro específico e a atuação profissional, pretensiosamente, de duas educadoras sociais, espera-se que, muitas outras pesquisas se dediquem ao tema e desbravem o contexto profissional de educadores sociais brasileiros, almejando interpor reconhecimento e a valorização que essa classe tão importante merece.

Referências

- BRANDÃO, C. R. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL. *Câmara dos Deputados*. Projeto de Lei Nº2676, de 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1752495#:~:text=O%20CONGRESSO%20NACIONAL%20decreta%3A,a%C3%A7%C3%B5es%20afirmativas%2C%20mediadoras%20e%20formativas%3E.%20Acesso%20em:%202007/05/2023. Acesso jan. 2021.
- BRAVIN, R; PAIVA, J. S. de; PINEL, H. *As relações entre pedagogia social, educação social e educação popular no Brasil: saberes-fazer de resistência, produzindo subjetividades resilientes*. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 4-24, maio-ago. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344062296_As_relacoes_entre_pedagogia_social_e_educacao_social_e_educacao_popular_no_Brasil. Acesso abr. 2021.
- CALIMAN, G. Pedagogia Social: Seu potencial crítico e transformador. *Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XII - Nº 23 - 2º Semestre/2010*. P. 341-368. Disponível em: <http://sites.unicentro.br/wp/cursodepedagogia/files/2011/08/caliman-pedagogia-social-transformadora.pdf>. Acesso mai. 2021.
- CARVALHO, A. F. *Pensar a função-educador: aproximações Foucaultianas voltadas para a constituição de experiências de subjetividades ativas*. 2008. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt17-4509-int.pdf>. Acesso mar. 2021.
- GADOTTI, M. *Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum*. Jul, 2012. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092012000200013&script=sci_arttext. Acesso mai. 2021.
- GOMÉZ, M. N. G. de. *Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação*. Revista de Ciência da Informação - v.1 n.6 dez/00. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46566/35700> Acesso em: mai. 2021.
- GRACIANE, M. S. S. *Pedagogia Social*. 1ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- PAIVA, J. S. da. *Compreendendo as vivências e experiências, produzidas na educação social de rua: desvelamentos pertinentes ao educador social de rua*. 2011. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/nometese_48_JACYARA%20SILVA%20DE%20PAIVA.pdf. Acesso mai. 2021.
- PEREIRA, A. O educador social e suas competências de atuação profissional: um trabalhador da educação pela LDBEN N. 9.394/96? *Debates em Educação*, v. 11, n. 23, pág. 312-332, jan./abr. 2019b. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/5466/pdf>. Acesso mai. 2021.

- SANTOS, B de S; ARAÚJO, S; BAUMGARTEN, M. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez 2016, p. 14-23. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/68312>. Acesso jun. 2021.
- SANTOS, B. S. Da colonialidade à Descolonialidade. In: In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Almedina, 2009. P. 20-57. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf. Acesso jun. 2021.
- SERRANO, Gloria. *Pedagogía Social-Educación Social. Construcción Científica e Intervención Práctica*. Madrid: Narcea, 2003.
- MOTA NETO, J. C. da; OLIVEIRA, I. A. D. E. Contribuições da educação popular à pedagogia social. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 16, n. 3, p. 21-35, set.-dez. 2018. Doi: 10.14393/REP-v16n32017-art02.
- JACCOUD, L; BICHR, R. M; MESQUITA, A. C. *O SUAS na proteção social brasileira: transformações recentes e perspectivas*. Novos Estudos CEBRAP, n. 108, p. 37-53, 2017. Tradução . . Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25091/S0101-3300201700020003>. Acesso mai. 2021.
- LOREIRO, M; CASTELEIRO, S. A pedagogia Social em Portugal. In: *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, vol. 1. 3ª edição, 2014. Páginas 72 a 82.
- SILVA, G. H. da. *A construção de identidade do educador social na sua prática cotidiana: a pluralidade de um sujeito singular*. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06102008-115839/en.php>. Acesso abr. 2021.
- SILVA, M. S. da; SILVA, V. P. da; MENEZES, G. A. de. O educador no espaço das políticas de assistência social: aportes teóricos-metodológicos e éticos. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 59, n. 61, p. 1-22, e-25084, jul./set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/25084>. Acesso mar. 2021.
- VALENTE, S. Competências socioemocionais na atividade do educador social: implicações à inclusão escolar. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 15, n. esp. 3, p. 2332-2349, nov., 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14441>. Acesso abr. 2021.

Recebido em: 10-02-2022.
Modificado em: 12-05-2022
Aceito em: 15-07-2022

Juliete Rissi

Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Centro Universitário do Vale Cricaré (UNIVC) e professora da Secretaria Municipal de Presidente Kennedy/ES.

Pablo Ornelas Rosa

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política e em Segurança Pública da Universidade Vila Velha (UVV) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário do Vale Cricaré (UNIVC).

Aknaton Toczek Souza

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).